Projeto ABEPSS Itinerante

Para debater as Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social dentro do atual contexto sócio-político, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em parceria com o Conjunto CFESS/CRESS, desenvolveu o projeto ABEPSS Itinerante. O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Cidade Goiás sediou o projeto entre os dias 11 e 16 de junho.

Do Conselho Regional de Serviço Social Goiás 19ª Região participaram da capacitação a presidente, Junia Rios Campelo; a coordenadora executiva, Elizângela Ribeiro; e o conselheiro e coordenador da Comissão de Formação, George Francisco Ceolin. Segundo Alison Cleiton, coordenador do curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade Goiás e membro da Comissão de Ética do CRESS Goiás, essa estratégia construída pela atual gestão da ABEPSS é fundamental para a consolidação de uma formação profissional crítica e alicerçada no Projeto Ético-Político Profissional.

O projeto ABEPSS Itinerante começou em novembro do ano passado e finalizará em outubro de 2012. Os meses de abril a setembro foram destinados para a capacitação em módulos nas diversas regiões. A primeira turma, composta por docentes e discentes das universidades e membros da Comissão de Formação do CRESS de Mato Grosso, foi capacitada em abril. A segunda foi a realizada em Goiás e teve a participação do CRESS Goiás, CRESS Distrito Federal 8ª Região, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, UFG e Universidade de Brasília (UNB). O objetivo do projeto é capacitar 800 pessoas em todo o país.

A turma de Goiás discutiu, no primeiro módulo, as Transformações Societárias e O Projeto de Formação Profissional com a professora doutoranda Maria Helena Elpídio, da Universidade Federal do Espírito Santo. No segundo dia, 12 de junho, o tema foi o Método Crítico-dialético e os Fundamentos Teórico-metodológicos, com a professora doutora Cláudia Gomes, da Universidade Federal da Paraíba. A professora doutora Daniela Neves, da Universidade de Brasília, ajudou no debate sobre o Trabalho e Questão Social na Formação Profissional.

No dia 14, a professora doutora Priscila Cardoso, da Universidade Federal de São Paulo, falou sobre Ética Profissional na Formação. O dia 15 foi dedicado à discutir Pesquisa na Formação Profissional com a professora doutora Yolanda Guerra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No último dia, a professora doutora Alzira Lewgoy debateu sobre O Estágio Supervisionado.

Notas

ENPESS

A cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, receberá o XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que ocorrerá de 5 a 9 de novembro. Realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora, o evento terá como tema central "Serviço Social, Acumulação Capitalista e Lutas Sociais: o Desenvolvimento em Questão". O encontro é voltado para pesquisadores/as, professores/as e estudantes de graduação e pós-graduação, grupos e redes de pesquisa, profissionais, Programas de Pós-Graduação e Cursos de Graduação da área do Serviço Social. Maiores informações pelo site www.enpess.com.br.

CONFERÊNCIA MUNDIAL

Estocolmo, Suécia, foi o ponto de encontro de autoridades públicas, assistentes sociais, especialistas e estudantes durante a Conferência Mundial de Serviço Social, realizada de 8 a 12 de julho. O tema desta edição foi Serviço Social e Desenvolvimento Social – Ação e Impacto. Entre os conferencistas convidados, estão o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Paulo Netto; o ex secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, e a ex-presidente do Chile, Michele Bachelet, que hoje é diretora da ONU para as mulheres. Mais informações você encontra no endereço: www.swsd-stockholm-2012.org.

COMBATE À INADIMPLÊNCIA

O combate à inadimplência é uma preocupação do Conjunto CFESS/CRESS, que vem discutindo o tema e buscando soluções. Em uma reunião no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), realizada em julho, a conselheira Lúcia Lopes destacou que o combate à inadimplência e um orçamento compatível com as demandas são essenciais para que se fortaleça o Projeto Ético-Político da categoria e a gestão democrática e transparente que vem sendo feita pelo Conjunto. "Precisamos olhar para os números e enxergar além, na luta por uma nova sociedade igualitária e emancipatória", acrescentou.

Hoje o Conselho Regional de Serviço Social Goiás 19ª Região convive com uma realidade de 42% de profissionais com a anuidade em atraso. O setor financeiro conclama os/as assistentes sociais que ainda não pagaram sua anuidade de 2012 ou débitos anteriores, que procurem o CRESS e efetuem o pagamento. Você pode acessar o site do CRESS (www.cressgoias.org.br), e com a data de nascimento e CPF retirar os boletos. Também há a opção de solicitar o boleto via e-mail (financeiroanuidades@cressgo.org.br) ou pelo telefone (62)3224-8007.

Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás

IMPRESSO

CRESS INFORMA

Nº 43 | JULHO 2012

JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL GOIÁS - 19ª REGIÃO

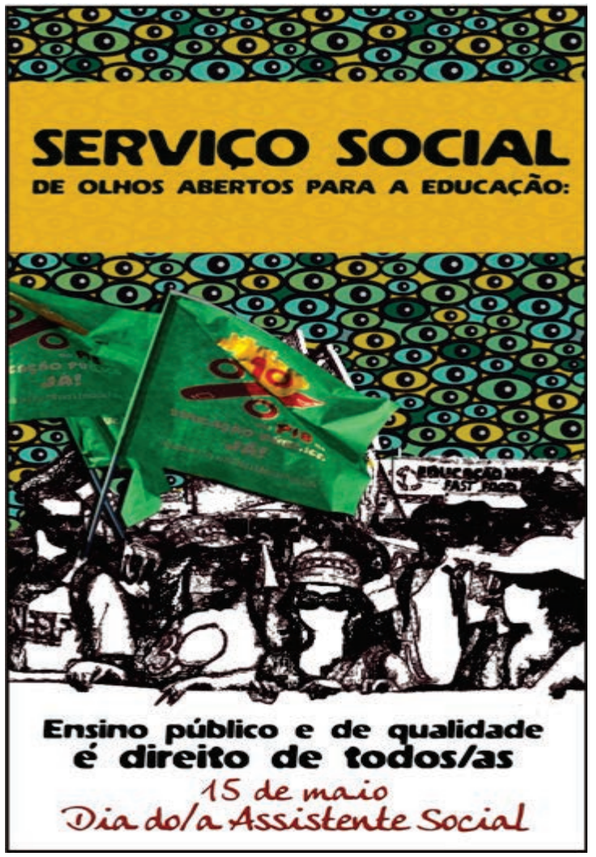
Derrubando mitos

Um caloroso debate aconteceu durante o I Seminário de Serviço Social na Educação, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região, juntamente com o Grupo de Trabalho Educação. O evento, realizado dia 11 de maio, integrou o III Simpósio Goiano de Serviço Social e era uma das deliberações do 40º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS realizado em 2011. Este ano as/os assistentes sociais estão mobilizados nacionalmente para debater o Serviço Social na Educação.

O diálogo ajudou a derrubar alguns mitos, como o de que a atuação da/o assistente social na Educação é recente. O professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, da Universidade do Rio de Janeiro - UERJ, que assessorou o Seminário, disse que não é recente a presença desse profissional na escola. "Há 17 anos eu acompanho e sistematizo experiências de profissionais que atuam na educação", explicou. Os/As assistentes sociais migraram das chamadas "creches" e da educação especial para a educação infantil e básica e vem desempenhando um importante papel. Ele/a é o profissional que consegue fazer a ponte entre a escola e os problemas, as dificuldades, que cada aprendiz enfrenta no cotidiano.

Segundo Ney Luiz, que é mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense, a/o assistente social lida com todas as situações de intercorrências que ameaçam os direitos sociais, e na educação não é diferente. "O/A profissional tem que se colocar como interlocutor", destaca o assistente social. Ney Luiz Teixeira é assessor do GT Nacional Educação do Conjunto CFESS/CRESS e ajudou a elaborar o documento Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, que já foi debatido em uma oficina realizada pelo CRESS Goiás, por meio do GT Educação, em março deste ano.

Preocupado com o número reduzido de assistentes sociais envolvidos com a política de educação, Ney Luiz propôs, há alguns anos, a criação de um projeto de extensão na UERJ que trata sobre a temática, que virou referência e capacita muitos profissionais. Um dos grandes desafios hoje é o despertar das universidades brasileiras para incrementar a formação da/o assistente social, criando disciplinas na área de Educação nos cursos de Serviço Social. "Não adianta pensar a ampliação do mercado, é preciso que as universidades capacitem as/os assistentes sociais", observou o professor.



Veja também

XXIX Semana da/o Assistente Social. Págs 4 e 5

Entrevista com a Professora Maria Valéria. Pág. 6

CRESS promove capacitação em estágio. Pág. 7

Expediente

Gestão "Nosso Horizonte: O Projeto Ético-Político e Profissional. Nosso Chão: Trabalho, Ética e Organização". Triênio 2011-2014.

Diretoria Executiva
Junia Rios Campelo - presidente
Walderez Loureiro Miguel - vice-presidente
Vera Lúcia Dos Santos Silva - 1ª Secretária
Ana Maria da Trindade - 2ª Secretária
Maria Conceição Sarmento Padial Machado -1ª Tesoureira
Lúcia Abadia de Carvalho Queiroz - 2ª Tesoureira

Conselho Fiscal
1ª-Eulange de Sousa
2ª-Ilma Inácia de Sousa Pugliesi
3ª-

Suplentes
Maria da Conceição Ferreira Lima
George Francisco Ceolin
Wanessa Batista Melo
Grete Nair Tirloni
Cristina Maria Gusmão de Moura

Comissão de Comunicação, Divulgação e Imprensa: Vera Lúcia dos Santos Silva - coordenação, Wanessa Batista Melo, Joana Dalva Alves Mendes, Maristela Nunes Vitória, Grete Nair Tirloni.

Fale conosco:
comunicacao@cressgo.org.br e
comunicacaocressgoias@gmail.com

Edição e redação - Maristela Vitória
Impressão – Fonte Gráfica
Diagramação – Ricardo Roger
Tiragem – 3.500 exemplares

Jornalista responsável - Maristela Vitória JP/GO 01069.

Equipe de Trabalho
Recepção
Andréia Alves da Costa

Inscrição
Carolina Batista dos Santos
Gabriela Batista dos Santos

Administrativo Financeiro
Tesouraria – Inês Cabral
Combate à Inadimplência – Cáthia Martins

Agentes Fiscais
Tereza de Souza Araújo
Thaisy Cunha Pessoa

Coordenadora Executiva
Elizângela Ribeiro

Assessoria Contábil
Alberir Antônio Carvalho. CRC/GO 013406/0-0
Sigma Contabilidade

Assessoria Jurídica
Baltazivar dos Reis Silva. OAB/GO 18297

Assessoria de Informática
Frederico de Castro M. Santos
FTECNNO Soluções em Informática

Assessoria de Comunicação
Maristela Vitória. JP/GO 01069

Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região
Rua 215, nº 150, Qd. 72, Lt. 18, Setor Coimbra. CEP: 74.530-130. Goiânia – Goiás.
Fone: 62 3224-8007. Visite: www.cressgo.org.br e twitter: @CRESS19

Editorial

Maio foi significativo para as/os assistentes sociais. Durante todo o mês, a categoria se dedicou a discutir a profissão, as políticas sociais e o processo de formação acadêmico dentro do III Simpósio Goiano de Serviço Social e XXIX Semana da/o Assistente Social. O debate tomou conta do Estado de Goiás através de eventos realizados em vários municípios.

Preocupado em fortalecer a categoria, o Conselho Regional de Serviço Social Goiás 19ª Região apoiou as diversas iniciativas e garantiu representantes para as atividades organizadas. É importante destacar o processo de construção do Simpósio e da Semana, que envolveu assistentes sociais de instituições e universidades em reuniões realizadas na sede do CRESS Goiás.

Um dos momentos significativos foi a XXIX Semana da/o Assistente Social, realizada de 15 a 17 de maio, e que recebeu nomes de referência nacional em Serviço Social como Berenice Rojas e Maria Valéria Correia. Para contribuir com o debate, trouxemos nessa edição do jornal CRESS Informa matérias com as duas professoras.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que em parceria com o Conjunto CFESS/CRESS, está desenvolvendo o projeto ABEPSS Itinerante. O objetivo é levar até as Unidades de Ensino pesquisadores doutores de todo o país para discutir as Diretrizes Curriculares e o Processo de Formação Acadêmico. A Universidade Federal de Goiás - Campus Cidade de Goiás recebeu o projeto de 11 a 16 de junho.

Importante destacar os 55 anos do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A instituição é parceira do CRESS Goiás e tem a mesma preocupação com o processo de formação da/o assistente social. Na prática, esse apoio aparece com iniciativas como o curso de Capacitação em Supervisão de Estágio, realizado pelo CRESS e que também contou com a parceria da UFG.

Goiás sediará o Encontro Descentralizado da Região Centro-Oeste. O CRESS 19ª Região já está com tudo preparado para receber os/as assistentes sociais de outros estados e definir ações e avaliar o que já foi pensado. Sejam bem-vindos/as!!!

CRESS promove capacitação em estágio

Os desafios do estágio em Serviço Social foram debatidos no curso *Supervisão de Estágio - Normativas* e *Qualidade na Supervisão de Estágio em Serviço Social*, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás. "Este curso vem de encontro à antiga e sempre lembrada demanda da categoria por capacitação na área de Supervisão de Estágio, período tão importante na formação do profissional", explica Junia Rios Campelo, presidente do CRESS Goiás.

O curso teve a coordenação do mestre George Francisco Ceolin, da Comissão de Formação do CRESS Goiás e professor da UFG - Campus Cidade de Goiás, e da mestre Carmen Regina Paro, da PUC Goiás. A capacitação, realizada entre os meses de abril e junho, foi dividida em quatro módulos e atendeu 46 assistentes sociais que atuam na supervisão de estágio no Estado.

No dia 13 de abril, o tema trabalhado foi o Projeto Ético Político Profissional e Concepção de Estágio em Serviço Social, com a assessoria da doutoranda Neimy Batista da Silva, do curso de Serviço Social da UFG e ex-presidente do CRESS Goiás, e doutora Omari Ludovico Martins, assistente social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária da UFG. No segundo módulo, a doutora Eleusa Bilemjiam Ribeiro, da Coordenação da Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC Goiás, e Carmen Regina Paro, representante do Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, falaram sobre As Normativas de Estágio e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

O terceiro módulo foi dedicado As Condições Éticas e Técnicas de Trabalho e a Organização da Categoria dos Assistentes Sociais e teve a assessoria da doutora Darci Roldão, professora do Departamento de Serviço Social da PUC Goiás, e do mestre George Francisco Ceolin.O último módulo, realizado dia 27 de junho, as doutoras Gláucia Lelis Alves, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Yolanda Guerra, também professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e coordenadora nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, tratou sobre as Dimensões e Instrumentalidade no Exercício Profissional dos Assistentes Sociais.

George e Carmen, coordenadores do curso

Descentralizado Região Centro-Oeste

Para avaliar o que já foi implementado e apresentar novas propostas para o 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro de 2012, a Região Centro-Oeste realizará o XIV Encontro Descentralizado, dos dias 1º a 4 de agosto, no Hotel Fazenda Lago Verde, em Goiânia, Goiás. Esse ano, o Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19º Região tem a honra de sediar o encontro, que conta com a participação dos CRESSs Distrito Federal (8º Região), Mato Grosso (20º Região) e Mato Grosso do Sul (21º Região) e de representantes do Conselho Federal de Serviço Social.

O primeiro dia será destino ao I Fórum das Comissões de Fiscalizações - COFIs. No dia 2 de agosto, haverá abertura do Descentralizado. Em seguida, o tema *A crise do Capital e os Rebatimentos no Trabalho Profissional do Assistente Social* será tratado em uma mesa redonda.

Durante os três dias, os conselhos regionais se dedicarão a discutir os eixos Comunicação, Fiscalização, Ética e Direitos Humanos, Relações Internacionais e Formação Profissional.

Depois do debate, serão avaliadas quais as deliberações do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS foram implementadas e a partir daí serão apresentadas novas para serem apreciadas durante o 41º Encontro. Os encontros Descentralizados e Nacional representam um esforço do Conjunto CFESS/CRESS em manter espaços colegiados de discussões e deliberações, próprios do Serviço Social.

Por um SUS público

Momento de discussão sobre a privatização do SUS

A estratégia do Estado brasileiro em mascarar o processo de privatização dos bens públicos, como a Educação e a Saúde, vem sendo discutida na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, da qual a professora Maria Valéria Costa Correia faz parte. Com doutorado em Serviço Social, Maria Valéria destaca que a criação das Organizações Sociais - OSs é uma forma disfarçada de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, porque a personalidade jurídica dessas organizações é de direito privado.

Para quem ainda não entendeu o processo que vem se instalando na Saúde, a professora alerta que haverá uma queda nos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS e um aumento da precarização das condições de trabalho dos profissionais ligados à Saúde.

Professora Maria Valéria

Maria Valéria é professora e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Para falar sobre a luta em defesa do SUS público, 100% estatal, ela concedeu a seguinte entrevista ao jornal CRESS Informa.

Contextualize, por favor, o processo de privatização da saúde no Brasil?

O processo de privatização toma corpo no período da Ditadura via Previdência Social. Agora, mais recente, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ele acontece através do projeto de reforma do Estado Brasileiro, que criou um ministério para isso: de entrega do serviço público, inclusive do patrimônio, do pessoal, do seu equipamento para entidades privadas, dentro do plano diretor da reforma do estado. Surgem as OS (Organizações Sociais, em 1998) e as OSCIPs (em 1999). Mais recentemente, e com a mesma natureza, se criou o Projeto de Lei das Fundações Estatais de Direito Privado, que são formas disfarçadas de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, porque a personalidade jurídica é de direito privado.

O que muda nas instituições de saúde que são geridas por essas organizações?

Toda a lógica da rede privada entra no Estado inclusive com a possibilidade de venda de serviço. Nós queremos alertar a sociedade para a Lei 5.550, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSH, apesar de ser brasileira é uma empresa, a personalidade jurídica é de direito privado. Estão privatizando, estão colocando na lógica do mercado dois bens públicos: a Educação e a Saúde, conquista do povo brasileiro.

De uma vez só, os 46 hospitais universitários de todo o País podem ser privatizados. O Governo Federal coloca como modelo o hospital das clínicas de Porto Alegre. Lá, 30% dos leitos já são vendidos aos planos privados de saúde, isso já sinaliza para a venda de serviços para o setor privado. Nós já vislumbramos a possibilidade da queda do atendimento do SUS - Sistema Único de Saúde. Alguns hospitais universitários já tem um andar destinado para os planos privados. A EBSH é uma empresa que funcionará em Brasília, mas com subsidiárias por todo o país, o que significa toda lógica da rede privada nos estados.

O Governo se apóia em qual argumento para justificar a privatização da saúde?

A justificativa do governo é que resolverá o problema dos terceirizados nos HUs - Hospitais Univesitários, na verdade são 26 mil terceirizados no Brasil. Mas houve um acórdão em 2006 com o TCU, Tribunal de Contas da União com o Governo Federal, que a partir de 2006 seria realizado concursos públicos para regularizar essa situação. Só que a Empresa Brasileira vem para acabar com os concursos. A Lei prevê processo simplificado seletivo. E a outra grande questão, fundamental para a classe trabalhadora, é que acaba o regime jurídico único, desconsiderando a liminar 135/2007, do Supremo Tribunal Federal, que prevê o regime jurídico único para os servidores públicos. Na realidade é o aprofundamento da precarização de trabalho, porque a Lei que cria a EBSH prevê a contratação via CLT por tempo determinado, ou seja, dois anos, podendo ser renovado por mais dois. Então insere no serviço público a lógica da rotatividade que é própria do setor privado, e retira algo que é muito caro ao trabalhador, que foi uma luta histórica, que é a estabilidade no emprego.

Fale um pouco da mobilização da Frente e como a população pode participar?

Temos uma mobilização nacional, existe hoje mais de 16 fóruns em defesa do SUS nos estados. Aqui em Goiás tem um Comitê contra a Privatização da Saúde. A Frente Nacional tem articulado todo esses fóruns e a luta, que envolve entidades e partidos políticos. A nossa luta tem se dado no campo jurídico, tem uma vitória recente onde uma OS em João Pessoa voltou para a administração pública municipal. A nossa luta é em defesa do SUS público, 100% estatal, e é no campo das Políticas de Seguridade Social, e contra esses novos modelos de gestão que de forma mascarada privatizam o SUS.

55 anos do curso de Serviço Social

Na década de 1930 surge no Brasil as primeiras escolas de serviço social. Em Goiás, por iniciativa da Igreja Católica, em parceria com a sociedade civil e o Estado, foi criada a primeira Escola de Serviço Social. Por meio do decreto n. 40.854/1957, a escola passou a ser Faculdade de Serviço Social e posteriormente foi incorporada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. No dia 12 de março, as/os professores e alunos da PUC Goiás comemoraram o 55º aniversário do curso de Serviço Social. Para falar sobre essa trajetória, o jornal CRESS Informa entrevistou a coordenadora do curso de Serviço Social da PUC Goiás, a professora doutora Maria Conceição Sarmento Padial Machado.

Maria Conceição S. Padial

1.O curso de Serviço Social é um dos mais antigos da PUC Goiás, antecede até mesmo a criação da Universidade. Fale um pouco dos 55 anos do curso?

A Escola de Serviço Social, segundo Miguel (2005), foi criada em 1957, como uma instituição privada da sociedade civil e tornou-se Faculdade de Serviço Social em 1965, por meio do parecer nº 734, da Comissão de Legislação e Normas do Ministério de Educação e Cultura. Como uma instituição inserida no contexto do atual sistema societário, o curso de Serviço Social é um espaço contraditório desde a sua formação. Se por um lado atende às demandas da classe dominante em formar profissionais aptos a atuar junto aos trabalhadores no processo de reprodução das relações sociais de produção; por outro lado, o curso de Serviço Social surge como espaço de estudo, reflexão e crítica social.

2.Quanto à formação profissional do(a) assistente social, que mudanças merecem ser destacadas ao longo destes mais de meio século?

Creio que a grande mudança da nossa profissão ocorreu com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), na cidade de São Paulo, em 1979. Esse Congresso é conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, pois foi um momento histórico marcante que ocasionou uma série de mudanças no Serviço Social brasileiro.

Ocorreu uma ruptura com o Serviço Social Conservador e um compromisso com o pluralismo político. A partir de então, houve um redimensionamento da profissão e das organizações representativas com a fundação das entidades: Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), posteriormente renomeada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Outro marco importante foi o posicionamento crítico contra a ordem societária vigente que é ancorada na exploração do trabalho e expropriação da classe trabalhadora.

3-Fale sobre a articulação do curso com outras instâncias organizativas da categoria, por exemplo, com o CRESS Goiás.

Devido à natureza crítica da profissão, a formação profissional e a participação política organizava sempre caminharam juntas. Como assistente social, acredito que a formação profissional vai para além do espaço acadêmico. O profissional se forma por meio do estudo, da pesquisa e da atuação política nas diversas instâncias: movimentos sociais, sindicatos, associações e, sobretudo nos conselhos de classe.

A instituição de ensino e as instituições organizativas como o conjunto CFESS/ CRESS, CBAS, ABEPSS, dentre outras, sempre tiveram um compromisso com qualidade da formação profissional, com as condições de trabalho e com a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Além disso, nossa profissão tem um projeto ético político profissional articulado com um projeto societário pautado pela uni-versalização do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos sem qualquer forma de discriminação.

55 anos
Serviço Social

III Simpósio Goiano de Serviço Social – XXIX Semana do/a Assistente Social

Abertura da XXIX Semana

"*Serviço Social de Olhos Abertos para a Educação: Ensino Público e de Qualidade é Direito de Todos/as*", esse foi o tema da XXIX Semana do/a Assistente Social, realizada de 15 a 17 de maio, na Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A conferência de abertura foi proferida pelo professor e mestre Alison Cleiton de Araújo, coordenador do curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade de Goiás. O enfoque foi sobre o processo de mercantilização da educação, onde o ensino perde qualidade e se torna de difícil acesso.

O Serviço Social na Educação foi tema da mesa redonda no dia 16. Representantes das secretarias estadual e municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Goiás (Sintego) debateram o tema. A professora doutora Maria Conceição Sarmento Padial, da gestão do CRESS Goiás e coordenadora do curso de Serviço Social da PUC Goiás, falou sobre a temática da Educação.

A partir da década de 1990, segundo Conceição, em especial com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a educação não fica restrita à relação ensino aprendizagem, mas envolve as relações sociais e as contradições do cotidiano. Nesta perspectiva, a educação escolar envolve um complexo de relações que, para garantir uma educação de qualidade, demanda uma equipe com profissionais de diferentes áreas, multiprofissional, com capacitação para trabalhar a interdisciplinaridade, e é nesse processo que se insere a/o assistente social.

As políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência foram debatidas na manhã do dia 16 pela doutora Maria Valéria Costa, da UFAL; a doutora Berenice Rojas Couto, da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e a mestre Olívia Maria Jácome Costa, da PUC Goiás. O processo de formação profissional foi o tema tratado no dia 17, na parte da manhã, pelo mestre George Francisco Ceolin, do curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade de Goiás; e pela doutora Eleusa Bilemjian Ribeiro, coordenadora do Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás.

Apresentação Cultural

O encerramento, no dia 17 de maio, à noite, a discussão foi sobre *Organização das/os Assistentes Sociais e a Atual Conjuntura* e contou com a presença de Marlene Merisse, do CFESS. O debate também envolveu as professoras doutoras Walderez Loureiro Miguel, vice-presidente do CRESS Goiás, e Regina Sueli de Sousa, do curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade de Goiás.

III Simpósio Goiano de Serviço Social

A profissão, os desafios da efetivação das políticas sociais e a qualidade dos serviços públicos foram temas debatidos em vários eventos realizados em todo o Estado durante o mês de maio dentro do *III Simpósio Goiano de Serviço Social*, realizado pelo Conselho Regional de Serviço Social Goiás 19ª Região (CRESS Goiás) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás e outras

Mesa de debate sobre estágio

instituições. Em um processo participativo e democrático, a organização do Simpósio foi pensada em reuniões, na sede do CRESS Goiás, com a participação de assistentes sociais de diversos órgãos e entidades.

Os NuCress - Núcleos Profissionais de Serviço Social se articularam e conseguiram realizar importantes discussões das quais representantes da gestão "Nosso Horizonte: o Projeto Ético Político Profissional, Nosso Chão: Trabalho, Ética e Organização" do CRESS Goiás participaram. Os municípios de Anápolis, Caldas Novas, Rio Verde, Cidade de Goiás, Catalão, Senador Canedo e Cidade de Formosa realizaram eventos.

O CRESS 19ª promoveu importantes debates. No dia 11 de maio, foi realizado o *I Seminário Regional de Serviço Social na Educação - A Educação como Direito Social e os Desafios da Intervenção Profissional*, com a assessoria de Ney Luiz Teixeira de Almeida, doutor em Educação e assessor do Grupo de Trabalho Educação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). No dia 15, Maria Valéria Costa Correia, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, participou do debate "Frente Nacional contra as Privatizações na Saúde".

Mobilização Nacional pelas 30 horas

No dia 30 de maio, mais de 40 profissionais participaram da mobilização, na Assembleia Legislativa de Goiás, pela jornada de trabalho de 30 horas semanais para as/os assistentes sociais dentro das atividades do Simpósio. A presidente, Junia Rios Campelo, e vice-presidente do CRESS, Walderez Loureiro, participaram da mobilização. No fim da manhã, as/os profissionais foram impedidos de entrar na Assembleia. A intenção era visitar os gabinetes dos deputados e repassar o material sobre a Lei 12.317/10. "Fomos barrados ao tentarmos adentrar a Assembleia Legislativa - a casa intitulada do povo, não é realmente do povo", observou Grete Tirloni, assistente social que participou da organização da mobilização.

Mobilização pelas 30 horas

Em Goiás, órgãos estaduais e algumas administrações municipais não cumprem as 30 horas. Em âmbito federal, há exemplos como do INSS e da Universidade Federal de Goiás que também não garantiram a carga horária de trabalho das/os assistentes sociais.

O Conselho tem procurado, junto ao Executivo estadual, o cumprimento das 30 horas. Em março, representantes do CRESS Goiás se reuniram com o governador Marconi Perillo, que se comprometeu a encaminhar com seus secretários a produção de uma Minuta de Lei, para ser apreciada pela Assembleia, alterando a jornada de trabalho da/o assistente social.

Marlene Merisse (ao centro), representante do CFESS

No dia 17 de maio, membros da gestão do CRESS participaram de uma reunião com o secretário do Planejamento, Giuseppe Vecchi, que se mostrou resistente ao cumprimento da jornada de 30 horas semanais. Segundo o secretário, o governador não encaminhou nenhuma solicitação e se o fizer, ele se posicionará contrário, pois, na sua opinião, as/os assistentes sociais têm que lutar por salários melhores e não por jornada reduzida.

No dia 15 de maio se comemora o Dia do/a Assistente Social. Data significativa, pois foi publicado em 15 de maio de 1962 o Decreto 994/62, que regulamentou a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que estabelecia em seu Art. 1º: "É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de assistente social".

Mesa que trabalhou o tema das Políticas Públicas

Protagonismo

Apesar do avanço nas políticas de Saúde, Previdência e Assistência, que compõem a Seguridade Social, o olhar que as instituições e a sociedade tem sobre elas ainda é limitado. A afirmação é de Berenice Rojas, doutora e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. "A lógica da Seguridade é a partir do Sistema, ou seja, é dar proteção a população: saúde para todos, previdência para quem está no mercado formal, e assistência para quem está fora dele", explica.

A cultura clientelista, paternalista, que permeia o poder público e a sociedade brasileira faz com que as políticas sociais sejam sinônimo de assistencialismo. Discordando um pouco da concepção de que essas políticas foram estruturadas pelo Capitalismo para manter a classe trabalhadora vinculada ao Capital, Berenice Rojas traz um novo elemento para a discussão: "Eu comungo da linha teórica que elas são contraditórias em sua concepção, e elas podem dar conta sim dos interesses da classe trabalhadora quando essa se organiza e pressiona".

A professora, que é membro convidado da Secretaria Nacional de Assistência Social, propõe que as políticas sociais sejam vistas a partir da ótica do direito social, e nesse processo o/a assistente social pode dar uma importante contribuição, já que muitas vezes assume o papel de interlocutor entre o cidadão e seus direitos. "Precisamos construir elementos que nos possibilitem trabalhar com essas políticas na perspectiva que elas ajudem a população, atendendo suas necessidades básicas, provendo o que ela precisa, mas também precisamos nos preocupar com a organização política dessa população", observa.

Só o protagonismo da população, sua organização, fará com que o Estado se sinta pressionado a adotar políticas com caráter de direitos que já estão expressos na Constituição Federal de 1988. O desafio, aponta Berenice Rojas, é construir espaços coletivos para que os usuários das políticas, a população de um modo geral, possam discutir sobre educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança, enfim, sobre seus direitos, para construírem coletivamente um caminho, junto ao poder público, para que eles sejam efetivados.